



CASA DO BOM SAMARITANO

Instituto de Promoção Social de Londrina

Utilidade Pública Municipal – Lei nº 3.807 de 05 de julho de 1985

Utilidade Pública Estadual – Lei nº 8.773 de 12 de maio de 1988

Utilidade Pública Federal – Proc. nº 08386.01317/88 de 30/09/91

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 022/2024

A CASA DO BOM SAMARITANO – INSTITUTO DE PROMOÇÃO SOCIAL DE LONDRINA, visando garantir os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade, consubstanciados no “caput” do artigo 37 e inciso IX, da Constituição Federal objetivando suprir necessidades de pessoal, TORNA PÚBLICA A ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO, para preenchimento do cargo de **PSICOLÓGO**:

1 – PSICOLÓGO

Descrição detalhada das atribuições:

- 1 - Atuar nas atribuições de sua função no atendimento a pessoas em situação de risco pessoal e social, conforme os preceitos estabelecidos na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS, nº 109 de 11 de novembro de 2009;
- 2 - Acolhida/Recepção do usuário;
- 3 - Escuta qualificada do usuário;
- 4 - Elaborar em conjunto com a coordenação, assistentes sociais e equipe de educadores sociais relatórios de atividades mensais;
- 5 - Mediação de Conflitos entre usuários;
- 6 - Orientação técnica aos educadores sociais;
- 7 - Ofertar assessoria sistemática com orientações aos usuários quanto: organização do domicílio, divisão de tarefas, convívio comunitário, gerenciamento de despesas, uso dos serviços da rede no território;
- 8 - Articular e encaminhar para/com a rede de serviços socioassistenciais e de outras políticas públicas, em especial programas de profissionalização, inserção no mercado de trabalho, habitação e inclusão produtiva;
- 9 - Acompanhar e monitorar os encaminhamentos realizados para os serviços de saúde, assistência social, trabalho, entre outros serviços;



CASA DO BOM SAMARITANO

Instituto de Promoção Social de Londrina

Utilidade Pública Municipal – Lei nº 3.807 de 05 de julho de 1985

Utilidade Pública Estadual – Lei nº 8.773 de 12 de maio de 1988

Utilidade Pública Federal – Proc. nº 08386.01317/88 de 30/09/91

-
- 10 - Construir coletivamente regras de convívio flexíveis, bem como espaço de discussão para soluções de possíveis conflitos;
 - 11 - Promover atendimento social individual e/ou grupal;
 - 12 - Construir Plano Individual de Atendimento (PIA);
 - 13 - Elaborar e seguir os fluxos pactuados com a rede de serviço voltado a população em situação de rua;
 - 14 – Participar de reuniões e capacitações técnicas;
 - 15 – Preenchimento do sistema interno (XPAS) e do sistema municipal (IRSAS);
 - 16 - Elaborar cronograma de atividades, relatórios e/ou prontuários;
 - 17 - Promover e participar de assembleias dos usuários, e demais atividades educativas voltadas ao público do serviço;
 - 18 - Possibilitar espaços de discussão com usuários para a defesa e garantia de direitos;
 - 19 - Orientar para acesso a documentação pessoal;
 - 20 - Promover atividades de convívio, de organização da vida cotidiana, contribuindo para o desenvolvimento de aptidões, capacidades e oportunidades para que os indivíduos façam escolhas com autonomia;
 - 21 - Preparar os usuários para o alcance da autossustentação e superação da situação de rua;
 - 21 - Mobilizar para o exercício da cidadania;
 - 22 - Articular com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos;
 - 23 - Mapear a rede serviços de organizações governamentais, não governamentais e o Sistema de Garantia de Direitos;
 - 24 - Realizar referência e contra referência com vistas ao acompanhamento e monitoramento dos encaminhamentos propostos;
 - 25 - Participar das reuniões de comissões dos serviços;
 - 26 - Articular com a rede de serviços e Conselhos de Direitos;



CASA DO BOM SAMARITANO

Instituto de Promoção Social de Londrina

Utilidade Pública Municipal – Lei nº 3.807 de 05 de julho de 1985

Utilidade Pública Estadual – Lei nº 8.773 de 12 de maio de 1988

Utilidade Pública Federal – Proc. nº 08386.01317/88 de 30/09/91

27 - Viabilizar junto a administração da OSC a participação dos trabalhadores em capacitações;

28 - Organizar o cotidiano e desempenhar demais atribuições pertinentes ao cargo.

2 - DA VAGA DE PSICÓLOGO

Requisitos/escolaridade investidura no cargo	para	<ul style="list-style-type: none">- Formação mínima de nível superior em Psicologia;- Registro válido no conselho de classe;- Conhecimento da rede de serviços das políticas públicas para pessoa em situação de rua.
Vencimento - base		R\$ 3.448,56 (três mil quatrocentos e quarenta e oito reais e cinquenta e seis centavos) + Alimentação no Local + Vale Transporte se necessário + 20% insalubridade
Jornada de trabalho		30 (trinta) horas semanais.
Vagas		01

3 – DAS INSCRIÇÕES

3.1 – As inscrições serão realizadas entre os dias **02/12/2024 à 06/12/2024** somente por meio digital através do envio do currículo para o email: **rh@casadobomsamaritano.org.br**.

3.2 – Não serão aceitas inscrições realizadas após este período;

3.3. – Não serão aceitas inscrições e entrega de documento presencial;



CASA DO BOM SAMARITANO

Instituto de Promoção Social de Londrina

Utilidade Pública Municipal – Lei nº 3.807 de 05 de julho de 1985

Utilidade Pública Estadual – Lei nº 8.773 de 12 de maio de 1988

Utilidade Pública Federal – Proc. nº 08386.01317/88 de 30/09/91

3.4. – O cargo será preenchido, quando convocado, com base na Consolidação das Leis de trabalho (CLT).

4 – DAS CONDIÇÕES DE INSCRIÇÃO

4.1 – Ser brasileiro (a) nato ou naturalizado (a) ou no caso de outra nacionalidade, apresentar Registro Nacional Migratório ou Protocolo de Refúgio validado pela Polícia Federal;

4.2 – Quando do sexo masculino, haver cumprido as obrigações com o serviço militar (apresentar comprovação);

4.3 – Possuir 18(dezoito) anos completos;

4.4 – O candidato não pode ser cônjuge, companheiro ou possuir vínculos familiares em linha reta ou colateral em até 3º grau com funcionários da Casa do Bom Samaritano – Instituto de Promoção Social de Londrina;

4.5 – Não serão aceitas inscrições de candidatos que já tiveram vínculos empregatícios com a entidade;

5 – CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO

5.1 – Etapas do Processo Seletivo

ETAPAS	DATAS
Inscrições	02/12/2024 à 06/12/2024
Análise de Currículos	09/12/2024
Entrevistas	10/12/2024
Homologação Resultado Final	11/12/2024

5.2 – As inscrições para as vagas serão realizadas mediante a entrega de currículos, pelo endereço eletrônico: rh@casadobomsamaritano.org.br, no campo “assunto” do e-mail, deve OBRIGATORIAMENTE constar a função para



CASA DO BOM SAMARITANO

Instituto de Promoção Social de Londrina

Utilidade Pública Municipal – Lei nº 3.807 de 05 de julho de 1985

Utilidade Pública Estadual – Lei nº 8.773 de 12 de maio de 1988

Utilidade Pública Federal – Proc. nº 08386.01317/88 de 30/09/91

qual o candidato está se inscrevendo, PSICOLÓGO (A). As inscrições serão aceitas até o dia **06/12/2024**.

6 - DA SELEÇÃO, HABILITAÇÃO E DA CLASSIFICAÇÃO

6.1 – O Processo Seletivo acontecerá em duas etapas: Análise Curricular e Entrevista.

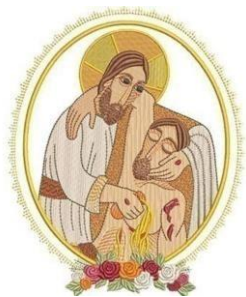
6.2 – As etapas de Análise Curricular e Entrevista terão caráter classificatório.

A análise de currículo terá caráter classificatório e a entrevista eliminatória. O resultado da análise curricular das vagas será divulgado na data conforme quadro acima, por meio de telefonema em resposta INDIVIDUAL, informando data, horário e local para a entrevista.

O resultado final do processo de escolha das vagas será divulgado conforme quadro acima, por meio de contato telefônico, onde serão informados: a data e a documentação necessária para a contratação.

São de inteira responsabilidade do candidato a obtenção de todas as informações referentes ao resultado do Teste Seletivo. O não comparecimento do candidato para assinatura do contrato no prazo determinado acarretará a perda do direito à contratação. A classificação final no Teste Seletivo não assegura ao candidato o direito de contratação automática, mas apenas a expectativa de chamamento segundo a rigorosa ordem classificatória, ficando a concretização deste ato condicionada ao interesse, às necessidades e possibilidade financeira da Casa do Bom Samaritano – Instituto de Promoção Social de Londrina.

A contratação fica condicionada à realização de inspeção de saúde por médico credenciado pela medicina do trabalho. Os candidatos classificados, excedentes às vagas atualmente existentes, serão mantidos em cadastro durante o prazo de validade de quatro meses do Teste Seletivo e poderão ser convocados em função da disponibilidade de vagas futuras, ficando sob sua responsabilidade o acompanhamento das convocações por meio dos editais publicados na portaria



CASA DO BOM SAMARITANO

Instituto de Promoção Social de Londrina

Utilidade Pública Municipal – Lei nº 3.807 de 05 de julho de 1985

Utilidade Pública Estadual – Lei nº 8.773 de 12 de maio de 1988

Utilidade Pública Federal – Proc. nº 08386.01317/88 de 30/09/91

da entidade, ocorridas durante o prazo de validade do Teste Seletivo. Fica resguardado a instituição o direito de prorrogação do prazo de validade do Processo Seletivo, quando se fizer necessário com prévia publicação no site.

7 - DA CONTRATAÇÃO

O prazo para contratação do presente Processo Seletivo para preenchimento das vagas descritas acima será imediato. A inexatidão ou irregularidade da documentação, ainda que verificada posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes de sua inscrição.

A contratação, quando da data de convocação, será inicialmente pelo período de 90 dias podendo ser, posteriormente prorrogada.

8 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

O candidato poderá apresentar recurso no prazo de 01 (um) dia útil, contado a partir da data de divulgação da Análise Curricular.

8.1. Os recursos deverão ser entregues na sede administrativa da Instituição na Rua José Fierli, 153 – Vila Marizia, em horário comercial.

O prazo de validade do processo seletivo será de 01 (um) ano a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogado por mais 01 (um) ano.

Londrina, 29 de novembro de 2024.

Fábio Rodrigo Turetta

Presidente



CASA DO BOM SAMARITANO

Instituto de Promoção Social de Londrina

Utilidade Pública Municipal – Lei nº 3.807 de 05 de julho de 1985

Utilidade Pública Estadual – Lei nº 8.773 de 12 de maio de 1988

Utilidade Pública Federal – Proc. nº 08386.01317/88 de 30/09/91
